

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO IX- Nº 70 - ABRIL DE 2021

[f](#) [t](#) [i](#) [v](#) @adufgsindicato

PARA GARANTIR GOVERNABILIDADE E EVITAR IMPEACHMENT, BOLSONARO SE ALIA COM PARLAMENTARES DA "VELHA POLÍTICA"

Foto: Diogo Fleury

Páginas 8 e 9



**Governo nos
braços do
centrão**

PLP 266/20

PROJETO QUE PERMITE
CONTRATAÇÕES
DE SERVIDORES EM
NOVAS UNIVERSIDADES
AGUARDA SANÇÃO
PRESIDENCIAL

Página 6

MEIO AMBIENTE

GOVERNO
ENFRAQUECE
REGRAS DE
PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL

Página 13

SOLIDARIEDADE

ADUFG
MANIFESTA
PESAR AOS
SERVIDORES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS
MORTOS POR
COVID

Página 15

TRAJETÓRIA

CONHEÇA O
TRABALHO DO
PROFESSOR JOSÉ
ALEXANDRE
FELIZOLA DINIZ
FILHO

Página 16

prestação de contas

Março de 2020

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	369.683,73
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.409,42
1.4	Receitas Financeiras	14.504,48
1.5	Outras Receitas	3.592,76
1.6	Resgate de aplicações financeiras	101.477,06
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	1.086,00
Total R\$		489.581,45

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	80.830,91
2.1.2	Encargos Sociais	36.580,67
2.1.3	Seguro de Vida	748,28
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	965,05
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	28.586,24
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	871,16
Total R\$		149.231,31

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.322,30
2.2.2	Despesas com Correios	688,74
2.2.3	Energia Elétrica	3.926,54
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.331,48
2.2.5	Honorários Contábeis	4.116,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	6.749,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.263,00
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	469,76
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.606,40
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	702,76
Total R\$		36.995,88

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.747,49
2.3.2	Despesas com Táxi	115,19
2.3.3	Despesas com Coral	2.319,32
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	380,47
2.3.5	Diárias de Viagens	2.624,10
2.3.6	Tarifas Bancárias	964,16
2.3.7	Lanches e Refeições	237,19
2.3.8	Quintart	500,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	17.717,34
2.3.10	Manutenção de Veículos	702,64
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	2.498,56
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.008,05
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	7.715,51
2.3.16	Hospedagens Hotéis	236,50
2.3.17	Material de expediente	1.029,34
2.3.18	Outras despesas diversas	6.108,40
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.589,09
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.628,30
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	3.106,38
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	2.175,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	111,32
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.000,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		59.514,36

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.965,76
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	107,18
Total R\$		3.072,94

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	29.564,02
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifex Federação	28.971,30
Total R\$		58.535,32

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	307.349,81
3 Resultado do exercício 03.2020 (1-2)	182.231,64

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	68.804,14
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		68.804,14

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	80,00
Total R\$		80,00

Total Geral dos Investimentos R\$	68.884,14
5 Resultado Geral do exercício 03.2020 (3-4)	113.347,50

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

À BEIRA DO COLAPSO

Ao fechamento desta edição, o Brasil passava de 340 mil mortes causadas pelo coronavírus (Covid-19) e havia se tornado o epicentro global da pandemia. O grande culpado por isso: Jair Bolsonaro. Desde o início da pandemia, o presidente da República tem se comportado de forma completamente irresponsável no enfrentamento à crise sanitária e aproveitado o grave momento para atacar os serviços públicos oferecidos à população.

No momento mais difícil da pandemia, Bolsonaro continua considerando o coronavírus superdimensionado. Em diversas oportunidades, defendeu tratamentos que não possuem respaldo científico em nenhum lugar do mundo. Também criticou o foco em pesquisas sobre vacinas e permaneceu promovendo aglomerações. O presidente da República deu diversas declarações menosprezando a dor daqueles que perderam familiares e amigos para a doença.

A crise política, por sua vez, parece não ter fim no governo Bolsonaro. Somente no último mês, seis ministros foram trocados. Em seguida, houve a renúncia coletiva dos três comandantes das Forças Armadas. Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) reagiram à intempestiva "reforma ministerial" do chefe do governo.

Nesta edição, o Jornal do Professor aborda, em sua matéria de capa, a aliança entre Governo Federal e o Centrão do Congresso Nacional, que tem resultado em diversas tentativas de desmonte de conquistas históricas da população. A publicação também aborda da situação preocupante do meio ambiente. Também apresentaremos uma reportagem especial sobre os desafios das professoras-mães na pandemia. Por fim, o JP traz uma homenagem aos docentes que perderam suas vidas ao longo da crise provocada pela Covid-19.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO IX - Nº 70

ABRIL de 2021

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Estagiária: Janaína Silva

Data de fechamento: 14/04/2021

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Eduardo Rolim*

AS PERDAS SALARIAIS SÃO CADA VEZ MAIS PREOCUPANTES

A Proifes-Federação há muito tem publicado estudos sobre os salários dos professores federais, e como já foi demonstrado, o maior salário real da categoria, no período de 1994 a 2015, foi ao final do acordo firmado pela entidade em 2012, que previu reajustes reais em março de 2013, 14 e 15 que levaram os salários ao maior patamar do período. Com os acordos de 2007 a 2012 que a Proifes negociara, foram recuperadas as perdas da década de 1990, quando em 1999 atingiu-se o fundo do poço. Essa recuperação se deu inclusive para os aposentados na Classe de Adjunto, sendo a reconquista da paridade com os ativos, com o fim da GED em 2008, uma das maiores conquistas da Proifes. Certo que os ativos do MS, que puderam ter a promoção à Associado (ou DIV) e Titular, tiveram aumentos reais mais expressivos. Outro grupo que teve uma valorização importante foram os professores da antiga Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus, que migraram em 2008 para a nova carreira do EBTT, pois acabou a diferença de mais de 20% que os separava dos colegas do MS, outra das maiores conquistas da Proifes nesse período.

O acordo de 2015, firmado pela Proifes, previu reajustes de 5,5% em agosto de 2016 e 5,0% em janeiro de 2017, que foram os últimos reajustes lineares da categoria. Como dito anteriormente, descontando-se estes reajustes, o salário de março de 2015 sofreu uma perda de 23,77% no período que vai até março de 2021. No momento em que este artigo está sendo escrito a previsão da Pesquisa Focus para a inflação do ano de 2021 é de 3,98%, o que levará essa perda em janeiro de 2022 a 27,29%. Ou seja, como a LC173 proibiu reajustes em 2021, iniciamos o ano que vem, depois de 5 anos sem reajuste, com perda de cerca de 30% em nosso poder de compra, ou até mais, posto que a inflação está se acelerando, e o IPCA dos últimos 12 meses, está em 5,20,

Normalmente a Proifes usava como índice de perdas o ICV do DIEESE, porém com a pandemia, esse índice deixou de ser calculado a partir de fevereiro de 2020. Assim, decidimos usar o IPCA, calculado pelo IBGE que é o índice oficial da inflação. Para efeito de comparação, em março/2020, as perdas desde março/2015 eram de 13,82% pelo ICV e de 16,04% pelo IPCA, em função das diferentes metodologias utilizadas em cada índice.

Uma vez definido que as perdas atuais montam a 23,77% em 6 anos, observa-se que a sensação destas perdas não é igual para todos os professores. Elas se referem à desvalorização do piso da categoria, que é reajustado apenas quando de aumento do Vencimento Básico, o que desde 2015 só ocorreu em 2016 e 2017, no índice acumulado de 10,8%, bem abaixo da inflação do período que foi de 37,1%. Aqueles que tiveram progressões nestes 6 anos obviamente têm uma diminuição do poder de compra menor, e isto ainda fica mais evidente em função das três parcelas de reestruturação das carreiras, previstas no acordo firmado pela Proifes em 2015, que nos meses de agosto de 2017, 2018 e 2019, elevaram os valores de VB (acima do piso) em média 8%, trazendo impactos bem diferentes para os que tiveram progressões e sobretudo

promoções, a passagem para Associado (ou DIV) e Titular impacta o VB em 25 e 10%, respectivamente. Estes aumentos de VB ainda causam aumentos de RT, que pelo acordo de 2015 passou a ser proporcional ao VB e igualmente de parcelas que incidem sobre o VB, como anuênios (que só existem para os que entraram até 1997) e adicionais como o de insalubridade (que só são devidos aos ativos). Isto posto, mostra-se que é bem variada a sensação que os docentes experimentaram em seu poder de compra, dependendo de sua posição na carreira. Ainda há de se considerar que os professores, nas consultas realizadas pela Proifes em 2015, não aceitaram ter 4 parcelas de reajuste, como proposto pelo governo, preferindo assinar um acordo com apenas 2 parcelas,

apostando em negociações futuras, que nunca ocorreram. As categorias que aceitaram o acordo em 4 parcelas, receberam em janeiro de 2018 e 2019, respectivamente reajustes de 4,5 e 4,0%. Se, em nosso caso, tivéssemos tido esses reajustes as perdas seriam hoje de 13,88%.

Mas desde setembro de 2019 a corrosão salarial vale para todos. E é importante citar que o montante das perdas para outros servidores públicos, sobretudo os menor remuneração, é ainda bem superior, pois estes servidores não tiveram os mesmos reajustes acima da inflação que os professores tiveram com os acordos da Proifes em 2007, 2008, 2011 e 2012.

Concluindo, este artigo traz dados que ajudam os professores a conhecer a realidade de suas perdas salariais, mas é óbvio que todos sabemos que nosso poder de compra caiu bem mais neste período por razões indiretas, mas que sentimos no bolso. Os aumentos da contribuição previdenciária em 2020, especialmente dos aposentados com doenças incapacitantes, a não correção da Tabela do IR também não traz uma

compensação da inflação como seria devido, e sem dúvida, o aumento de gastos que tivemos com a pandemia e o trabalho doméstico não de ser bem considerados. Ademais, temos uma clara política do governo de cortar arbitrariamente benefícios como fez com a IN28, agrava ainda mais estas perdas. E não temos nada de bom a vislumbrar no futuro, pois com a aprovação da PEC 186, prevê-se que em 2024 o Poder Executivo da União atingirá os 95% de limite, o que impedirá a concessão de reajustes aos servidores, o que significa que se não tivermos reajustes em 2022 ou 2023, certamente passaremos um período tão longo sem reajuste como tivemos na década de 1990. Ou seja, mais do que um diagnóstico, é um alerta e uma conclamação aos professores. Ou lutamos muito e convencemos a sociedade a revogar a EC95 e a nova PEC aprovada, ou teremos uma profunda desvalorização das carreiras do MS e do EBTT, com graves consequências para o Brasil

**Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretor de relações internacionais da Proifes-Federação.*

“ OU LUTAMOS MUITO E CONVENCEMOS A SOCIEDADE A REVOGAR A EC95 E A NOVA PEC APROVADA, OU TEREAMOS UMA PROFUNDA DESVALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS DO MS E DO EBTT, COM GRAVES CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL. ”



Rodrigo
Cássio Oliveira*

A PANDEMIA E AS VÁRIAS MORTES DO CINEMA

O cinema sempre foi, além de uma expressão artística, uma forma de ritual. Viabilizada no final do século XIX, graças à determinação inventiva dos irmãos Lumière, a reprodução do movimento por imagens deu origem a diferentes usos muito antes de existir Hollywood.

Depois de um período inicial em que o simples registro do movimento chamava muita atenção, e os próprios irmãos Lumière filmaram inúmeras “vistas” do cotidiano ao redor, as experiências mais significativas com os filmes ocorreram nos vaudevilles franceses ou nos nickelodeons americanos, casas de entretenimento popular montadas em cidades que já tinham atingido a maioria com a expansão urbana do capitalismo industrial.

Muito antes de o amor pelo cinema se tornar uma das mais marcantes características do século XX, os filmes foram atrações apreciadas em rituais de entretenimento regados a brindes, diversão e música, que apresentavam frequentemente um “teatro filmado”, com atores quase desconhecidos, em esquetes cômicos ou fantásticos.

Quando o cinema ainda se encarregava principalmente de contar histórias, Georges Méliès foi um artista fabuloso e genial, e seus filmes de magia, por vezes temperados com narrativas bastante simples, difundiram-se como exemplo de uma forma diferente de explorar os poderes do cinematógrafo. Apesar de participar da história do cinema com contribuições decisivas, a arte de Méliès pouco ou nada tinha a ver com a apreciação silenciosa de filmes em uma sala escura.

A lembrança de que os rituais de apreciação não são estáticos nos ajuda hoje a compreender melhor a mudança que está em curso no século XXI, acelerada a fórceps pela pandemia de Covid-19. Com a maioria das salas fechadas há mais de um ano, o rito de assistir a filmes em cinemas de rua ou shoppings praticamente não continuou em 2020. De repente, o público precisou deixar de lado a sala escura, o cheiro de pipoca ou a hora marcada com os amigos, e os filmes passaram a existir principalmente no ambiente doméstico, em televisões equipadas com serviços de streaming, ou em dispositivos portáteis nos quais as obras concorrem pela atenção do espectador com aplicativos diversos.

Essa paralisação temporária das salas de cinema reforçou uma realidade que há muito se impõe sobre o meio cinematográfico. Esta era digital em que as telas se multiplicam e se deslocam para fora da sala escura é a mais recente das várias “mortes” do cinema, estudadas uma a uma por André Gaudreault e Philippe Marion, no excelente livro *O fim do cinema? Uma mídia em crise na era digital* (Editora Papyrus, 2016).

Gaudreault e Marion nos permitem fazer um paralelo entre o que estamos vivendo agora e outra “morte” muito famosa, provocada pela popularização da tecnologia do vídeo entre os anos 1970 e 1980. Quem não se lembra de *Room 666*, o documentário que Wim Wenders realizou em uma suíte de hotel no festival de Cannes de 1982, em que alguns dos melhores cineastas do mundo divagaram sobre o futuro do cinema? Naqueles anos, a emergência do vídeo espreitava a todos, assim como, hoje, as plataformas de streaming se estabelecem como

algo que ainda será plenamente assimilado.

O fato é que, embora reconheçamos com facilidade o cinema em meio a tantos outros produtos audiovisuais da era digital, os próprios filmes sempre se adaptaram às demandas de cada momento, e, a rigor, o cinema nunca foi exatamente o mesmo. Os rituais de consumo são responsáveis também pela forma das obras, ou seja, pela linguagem que elas utilizam, demarcando um potencial expressivo próprio para cada momento.

Nos anos 1980, os planos se tornaram mais fechados e focados nos rostos dos atores, o que permitiu que os filmes fossem vistos desde a tela pequena dos televisores. Hoje, sucedendo a esse cinema de campo visual restrito, pode se retomar uma tendência a planos mais abertos, mas sobretudo marcados por atrações visuais que interrompem o fluxo narrativo, com figurino e coreografia se destacando dos demais componentes da encenação.

Um exemplo dessa possibilidade, rastreada na linguagem das obras, são as sequências musicais de *Um príncipe em Nova York 2*, o popular filme de Eddie Murphy, que está fazendo sucesso nas plataformas de streaming em que foi lançado, no meio da pandemia. Suas cenas exuberantes pedem para ser vistas em telas grandes e de alta definição, agora muito mais acessíveis ao público amplo. Ao prescindir da sala escura, o filme convida a outro tipo de ritual, e a agitação dançante das representações cafonas da musicalidade africana acaba servindo para animar o ambiente doméstico, onde os televisores não são apenas um meio para se ver alguma coisa, mas também uma espécie de caixa de ressonância de estados de espírito, que contamina a todos que convivem sob o mesmo teto.

Em primeira vista, a disseminação dos smartphones pareceu conduzir o cinema para uma linguagem ainda mais adaptada a pequenos formatos, e talvez até a formatos “responsivos” inovadores, como a horrível proporção de tela “em pé” que o Instagram Stories naturalizou. Mas essa revolução das pequenas proporções já tinha sido superada pela lógica espalhafatosa dos blockbusters do início do século, e a era digital pode enfim seguir outros caminhos.

O ambiente doméstico aprimorado como espaço de recepção pode então ser uma consequência inusitada da necessidade de não sair de casa durante a pandemia, o que talvez impulse, com atraso, o mundo ideal dos criadores de parafernálias como os home theaters: estes instrumentos que prometem “levar o cinema para a sala de estar” devem seguir em alta no pós-pandemia.

De todas as “mortes” anunciadas para o cinema, a que estamos vivendo não será a mais dolorosa, sobretudo se os artistas souberem extrapolar hábitos criativos e dialogarem cada vez mais com as condições que vão se definindo. Essas condições já estarão vigentes quando o mercado da cultura voltar a operar em relativa normalidade, e é bom estarmos preparados para elas.

**Rodrigo Cássio Oliveira é professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) e do Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS). E-mail: rodrigocassio@ufg.br*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

Vitória

Após articulação entre o Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação, a Câmara dos Deputados aprovou a PLP 266/20, que permite a contratação de servidores para as novas universidades durante a pandemia. A aprovação beneficia diretamente a UFJ e UFCAT que finalmente poderão compor os seus quadros administrativos. Durante o mês de março, o Adufg mediu reunião entre o relator do projeto na Câmara, deputado José Nelto e dirigentes das instituições. Também mobilizou os parlamentares para que votassem favoravelmente à proposta. O Adufg-Sindicato pediu, ainda, por meio de ofício, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) colocasse o projeto em pauta para votação. A matéria seguiu para a sanção presidencial.

Genocídio

“Há uma visão global de que o Brasil está na mão de um genocida”, afirmou o ex-ministro da Saúde Arthur Chioro. A declaração foi dada em 7 de abril, quando o número de vítimas fatais da Covid-19 chegou a 340.776. “É o momento mais grave da pandemia no País, que poderia ter sido evitado se o governo de Jair Bolsonaro tivesse sido capaz de analisar os sinais que vinham de dentro e de fora do Brasil”, disse.

Contra cortes orçamentários

Nove ex-ministros da Ciência e Tecnologia assinaram um documento contra os cortes de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), previstos para o orçamento de 2021. O texto alerta que o conhecimento científico e a educação devem ser colocados no centro das questões nacionais e revalorizados como fundamentais para o crescimento econômico e redução da pobreza. O orçamento do MCTI este ano é 26% menor que em 2020. “Sem ciência não há inovação. Sem inovação não há desenvolvimento”, diz o texto.

Em baixa

A avaliação do governo Jair Bolsonaro manteve a trajetória de piora no final de março, no momento mais grave da pandemia de Covid-19 no País. A De acordo com a pesquisa XP/Ipespe, 48% avaliam o governo como ruim ou péssimo, ante 45% no levantamento anterior.

Prioridade

Os profissionais da Educação podem fazer parte do próximo grupo de prioridade da vacinação contra a Covid-19 em Goiás.

Segundo informações da Secretaria Estadual de Saúde, a pasta pode reservar uma porcentagem das doses assim que houver a conclusão da imunização das forças de segurança e salvamento do Estado.

Sem previsão

A presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro, afirmou, recentemente, que é impossível prever com segurança quando as escolas e faculdades brasileiras poderão retomar as aulas presenciais.

Fotos: Diogo Fleury



Detalhes do Projeto Centro Vocacional Tecnológico de Tecnologias em Processos Agroecológicos para o Manejo Sustentável da Agricultura Familiar. A iniciativa é realizada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), no Campus de Caldas Novas.

Segundo ela, o aumento do número de casos da Covid-19 e o consequente agravamento da crise sanitária no País frustrou as expectativas iniciais dos especialistas.

Processo

A OAB Nacional protocolou uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) na qual requer o oferecimento de denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o presidente Jair Bolsonaro seja processado criminalmente por suas ações e comportamento durante a pandemia. A ação pede que o mandatário responda pelos crimes comuns previstos nos artigos 132 (Perigo para a vida ou saúde de outrem), 268 (Infração de medida sanitária preventiva), 315 (Emprego irregular de verbas ou rendas públicas) e 319 (Prevaricação), entre outros, todos do Código Penal.

Estabilidade

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público quer coletar assinaturas de deputados para emplacar o substitutivo ao texto da reforma administrativa que será apresentado na Comissão Especial. O texto alternativo altera diversos pontos, como a estabilidade. Ou seja, o grupo defende essa garantia para todo o funcionalismo, sem divisões dentro do setor público.

RÁPIDAS

Resistência

Em Assembleia Geral Extraordinária, professores filiados ao Adufg discutiram a criação de uma comissão de mobilização contra os ataques do Governo Federal aos serviços públicos.

Assistência

A diretoria do Adufg-Sindicato assinou carta de apoio aos estudantes da UFG e em defesa da assistência estudantil. O objetivo precarização da assistência. Novas portarias da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) reduziram o número de bolsas e seus valores, além de outras alterações que impactaram negativamente os estudantes de baixa renda.

Ao sul

A professora aposentada da UFG, Raquel Teixeira, é a nova secretária de Educação do Rio Grande do Sul. A goiana atuou na Faculdade de Letras, foi deputada federal e secretária de Educação do Estado de Goiás.

APROVADO APÓS ARTICULAÇÃO ENTRE ADUFG E PROIFES, PROJETO QUE PERMITE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM NOVAS UNIVERSIDADES AGUARDA SANÇÃO PRESIDENCIAL

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS TAMBÉM SERÃO CONTEMPLADOS

Foto: Diogo Fleury



Foto: Diogo Fleury



Reitores da UFCAT e da UFJ, Roselma Lucchese e Américo Nunes contam com sanção do projeto para que universidades consigam funcionar com condições necessárias

Rafael Vaz

Aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 2366/20, que altera a lei do Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19 aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro. Na prática, a medida permite que as universidades federais criadas em 2018 e 2019 e os hospitais universitários contratem servidores durante a pandemia.

Serão contempladas as seguintes instituições: Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Unidades de saúde filiadas à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), como o Hospital das Clínicas da UFG, também poderão preencher quadros emergenciais provocados pela pandemia.

Por causa das restrições impostas pela Lei Complementar 173/2020, as instituições se encontram impossibilitadas de prover cargos e funções, o que tem impedido que elas implantem as estruturas necessárias para que funcionem completamente. "Existe

orçamento aprovado para que essas universidades possam de fato funcionar. E o mais importante são os hospitais, tão necessários neste momento", afirmou o relato do projeto na Câmara, deputado federal José Nelto (Podemos-GO).

No plenário, o projeto foi aprovado por 436 votos a 30 e uma abstenção. O partido Novo alegou aumento de despesa na máquina pública e tentou obstruir a votação. No entanto, os integrantes foram vencidos pelos demais partidos. A matéria vai à sanção presidencial.

Segundo a reitora da UFCAT, professora Roselma Lucchese, o projeto será fundamental, inclusive, para execução de ações contra a Covid-19. "É uma medida importantíssima para esse momento de crise que o País atravessa. As universidades desenvolvem ações estratégicas no combate à pandemia e precisam de condições para oferecer o melhor atendimento possível à população".

O reitor da UFJ, professor Américo Nunes, por sua vez, acredita que o projeto permitirá que as universidades funcionem da forma adequada. "Teremos condições de legalizar as atividades de nossos servidores", explica.

Quem também destaca a

importância do projeto é o reitor da Universidade Federal Norte do Tocantins (UFNT), professor Airtton Sieben. "É uma grande luta em defesa educação pública, gratuita e de qualidade".

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) atuou politicamente em prol do projeto. Em março, a entidade mediou reunião entre o relator do projeto e dirigentes das universidades que devem ser contempladas. A audiência foi realizada por meio de articulação com a Proifes Federação.

Além de atuar na mediação da audiência entre dirigentes e o relator, o Adufg-Sindicato também pediu, por meio de ofício, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) colocasse o projeto em pauta para votação. O documento foi enviado em 15 de março.

Para o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, a aprovação do projeto permitirá que as universidades contribuam de forma ainda mais efetiva no combate à pandemia. "A comunidade acadêmica precisa das melhores condições possíveis, principalmente neste grave momento de crise. Essas condições são necessárias para

que as universidades continuem atuando no enfrentamento à Covid-19, por meio de pesquisas sobre medicamentos e vacinas, ações sociais, testagem da população e, principalmente, com o atendimento na linha de frente oferecido pelos hospitais universitários", destaca.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Goiás, professor Edward Madureira, acredita que é impossível imaginar como as novas instituições podem continuar funcionando sem estrutura. "A situação é gravíssima e não podemos permitir que isso continue", alerta.

Quem também defende o projeto é o presidente da Proifes-Federação, professor Nilton Brandão. "A reivindicação mostra a importância da luta conjunta dos trabalhadores a favor dos serviços públicos no Brasil. Neste momento tão difícil, as novas universidades e os hospitais universitários têm papel importante para o combate à Covid e precisam de socorro imediato para garantir dar conta do atendimento", assegura.

UFMG AVANÇA EM PESQUISA GLOBAL DE VACINA CONTRA O HIV

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) está entre as instituições de poucos países que executam o projeto Mosaico e promovem fase final de testes do imunizante

Foto: Comunicação da Faculdade de Medicina da UFMG



Jorge Andrade Pinto é imunologista e coordena pesquisa Mosaico na UFMG

Luciana Porto

Em um cenário mundial em que todos os focos dos órgãos da saúde, reguladores e midiáticos estão dirigidos para a pandemia da Covid-19 e a vacinação em massa da população contra o vírus causador da doença, o Sars-Cov-2, uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com 50 instituições de mais oito países, desponta na corrida científica pela vacina contra o HIV. O projeto chamado Mosaico, é coordenado pela Rede de Ensaios de Vacinas contra o HIV (HVTN, na sigla em inglês) e tem financiamento da farmacêutica Janssen, da Johnson & Johnson. No estudo, duas vacinas estão sendo testadas já em fase final, a Ad26.Mos4.HIV e a Bivalent gp140.

Docente titular da Faculdade de Medicina da UFMG, coordenador do grupo de pesquisa em Aids em crianças, adolescentes e gestantes da instituição e pesquisador responsável pelo estudo Mosaico na universidade, Jorge Andrade Pinto explica que a primeira vacina em teste é a de vetor viral. Nesse projeto é utilizado o adenovírus 26,

comum em resfriados e infecções respiratórias, acrescido de sequências sintéticas do HIV. A segunda vacina em teste é a proteica, produzida a partir de proteínas encontradas no próprio corpo humano que se assemelham às encontradas na superfície do HIV. “O teste consiste em quatro doses no total, sendo as duas primeiras da vacina de vetor viral e as outras duas proteicas. Essa é a estrutura do nosso projeto, o objetivo é alcançar uma resposta imune ampla, estimulando diversos setores do sistema de defesa humano”, completa o imunologista.

De acordo com o coordenador do estudo na UFMG, as vacinas não oferecem risco de infecção por HIV aos participantes da pesquisa, já que são desenvolvidas com cópias de pedaços do vírus criadas em laboratório, e não com o próprio vírus, esteja ele vivo, morto ou inativado. No site oficial do projeto (www.mosaicostudy.com), é possível encontrar informações sobre possíveis efeitos colaterais e eficácia das vacinas, como dor local, de cabeça, cansaço e dores musculares. Andrade comenta que o

estudo é randomizado, duplo cego e controlado por placebo. O docente conta que atualmente na terceira fase do projeto Mosaico 3.800 voluntários em grupos de risco aumentado para a infecção com o HIV. “Haverá um sorteio aleatório entre grupo placebo e grupo ativo, o que recebe o imunizante. Apenas um comitê externo terá conhecimento de recebeu vacina e quem recebeu placebo.”

O maior desafio do projeto é encontrar um imunizante que abranja os diversos subtipos de HIV. Segundo o pesquisador, o HIV-1 é o mais comum e tem nove subtipos, além de várias formas recombinantes em que esses subtipos se misturam. Ou seja, o maior propósito dos cientistas é encontrar uma vacina multivalente. A terceira fase do estudo Mosaico terá duração de 30 meses, pontua o professor da UFMG. Depois de comprovada a eficácia da vacina, o estudo passa pelas agência reguladoras e somente então serão disponibilizadas ao público. “Os resultados dessa etapa final estamos prevendo para 2024. Eu, par-

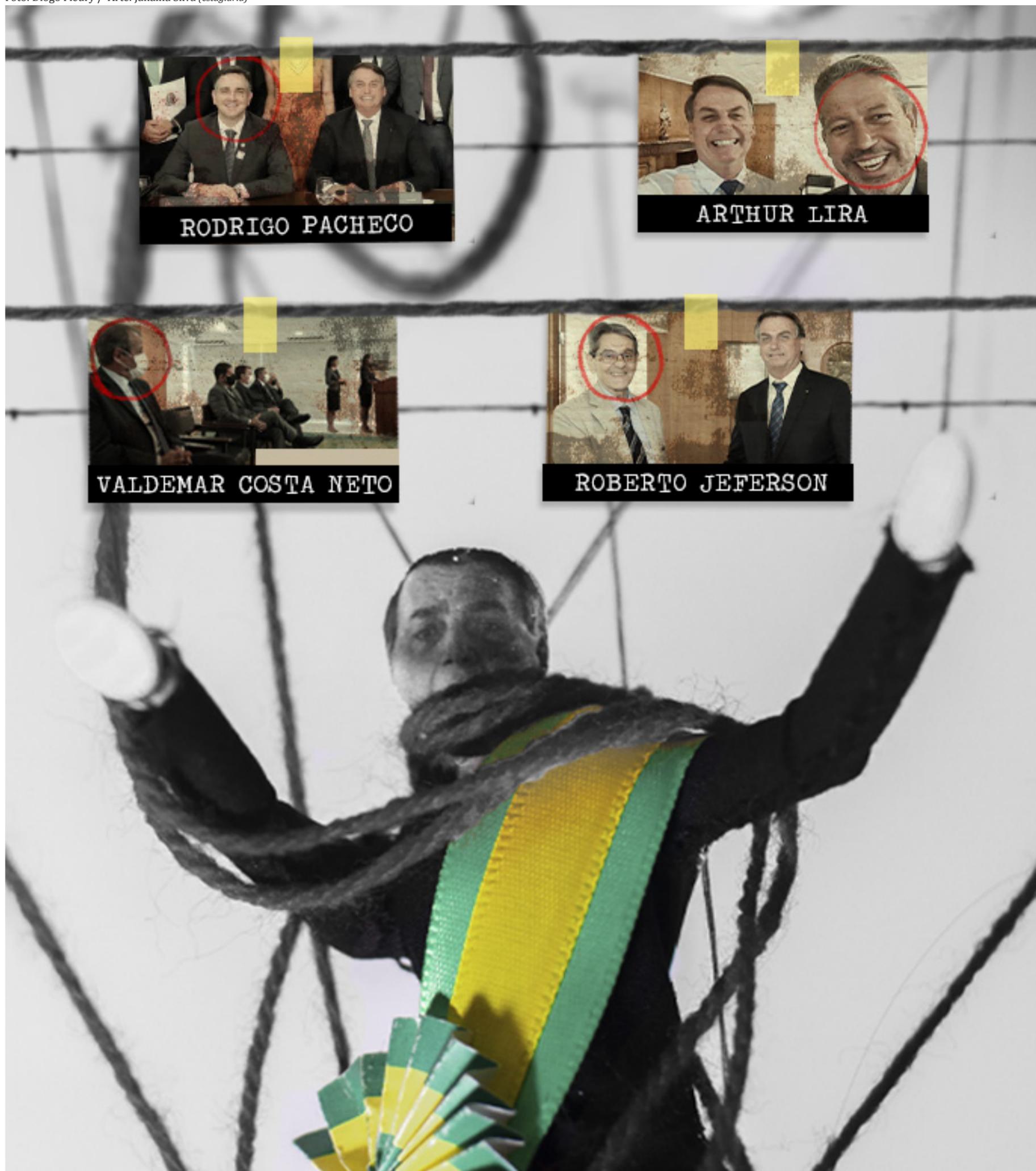
ticularmente, tenho um enorme desejo de que essa vacina fique pronta logo”, ressalta o cientista.

Embora o número de mortes relacionadas à aids esteja diminuindo no mundo, dados divulgados pelo portal da United Nations Programme on HIV/AIDS, a UNAIDS, apontam que 38 milhões de pessoas em todo o mundo foram infectadas pelo vírus até o final do ano 2019 e, pelo menos, 690 mil morreram. Para Andrade, o HIV é uma pandemia que e já acomete a população mundial há 40 anos. “O nosso estudo precede a Covid-19, ele é relevante a quatro décadas. É uma coincidência que somente agora estejamos preparados para avançar em uma vacina em fase três, isso denota a dificuldade que é estabelecer uma vacina eficaz contra o HIV. Evidentemente, temos que atuar contra essa pandemia de Covid-19 catastrófica que estamos vivendo, mas não devemos descuidar de outras doenças que estão presentes. Nesse caso, o HIV permanece sendo prioridade na agenda científica e de saúde pública”, critica Andrade.

PARA GARANTIR GOVERNABILIDADE E EVITAR IMPEACHMENT, BOLSONARO CAI NOS BRAÇOS DO CENTRÃO

COM POPULARIDADE EM QUEDA E PERDENDO APOIO DE PARTE DO ELEITORADO, PRESIDENTE TENTA EMPLACAR PROJETOS IDEOLÓGICOS E SE LIVRAR DE AFASTAMENTO

Foto: Diogo Fleury / Arte: Janaína Silva (estagiária)



POPULARIDADE EM QUEDA E MEDO DE SER AFASTADO DA PRESIDÊNCIA FIZERAM BOLSONARO A SE ALIAR COM POLÍTICOS QUE, ANTES, ERAM CRITICADOS PELO "BOLSONARISMO RAIZ"

Com a popularidade em queda livre, o presidente Jair Bolsonaro parece ter escolhido um caminho totalmente diferente daquilo que prometeu em campanha: se aliar ao chamado “Centrão”, um bloco informal do Congresso Nacional que reúne parlamentares de centro e centro-direita. O grupo é menos conhecido por suas bandeiras e mais pela característica de se aliar a governos diferentes em troca de cargos e influência, independentemente da ideologia.

Assim como em outras gestões, as negociações do governo Bolsonaro com o Centrão envolvem distribuição de cargos aos partidos, que passaram a ter direito de indicar aliados para as vagas. A consolidação da aliança entre o mandatário e bloco aconteceu nas eleições do Congresso. Para eleger o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, o governo destinou mais de R\$ 3,5 bilhões para 250 deputados e 35 senadores aplicarem em seus redutos eleitorais. O montante saiu do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O desejo de Bolsonaro em eleger aliados para o comando do Congresso é baseado em dois principais motivos. O primeiro é que mais de 100 pedidos de impeachment já foram protocolados e só podem ser colocados em pauta se forem aceitos pelo presidente da Câmara. O segundo motivo é para tentar colocar projetos ideológicos em pauta.

Se por um lado, o presidente começa seus dois últimos anos de mandato com uma relação mais amistosa com a cúpula do Congresso, por outro, fica refém de um grupo que não é conhecido pela lealdade, mas, sim, pelo pragmatismo. “Em um primeiro momento, é possível perceber que Bolsonaro está disposto a atender alguns pontos. No entanto, ele apresenta relutâncias em atender outras questões e isso pode render alguns dissabores no futuro”, avalia a professora de Ciências Políticas da Universidade Federal de Goiás (UFG), Denise Paiva.

Para a docente, a posição de Jair Bolsonaro ainda é forte, mas nada impede que ele mesmo provoque danos ao apoio do bloco. “O Centrão já tem

mostrado um certo descontentamento com as demonstrações de negacionismo do presidente diante da pandemia da Covid-19. Além disso, a queda de popularidade que as pesquisas têm mostrado também pode se tornar um fator determinante”, explica Denise.

A professora também acredita que um possível agravamento das crises sanitária e econômica pode resultar na retirada de apoio do Centrão ao governo, o que colocaria Bolsonaro em uma situação delicada. “A CPI da pandemia, que ganhou força com a morte do senador Major Olímpio, pode servir de teste”.

O primeiro sinal de que a convivência entre Bolsonaro e Centrão não será tão fácil surgiu no final de março, quando, na condição de porta-vozes do mercado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco se reuniram com o presidente para tratar de questões relacionadas à pandemia. Na ponta da língua, os dois tinham queixas e avisos do empresariado, de banqueiros e do mercado financeiro.

No mesmo dia, Lira decidiu fazer um discurso no plenário para alertar Bolsonaro de que o Congresso dispõe de “remédios políticos amargos”, alguns “fatais”, com o objetivo de impedir a “espiral de erros de avaliação”. A primeira versão do texto, inclusive, continha a palavra “impeachment”

Uma das maiores provas de Bolsonaro se tornou refém do Centrão foram as recentes mudanças feitas no governo. Em uma única tacada, o presidente trocou seis ministros, entre eles, o da Defesa, Fernando Azevedo, que resultou na renúncia dos comandantes das três Forças Armadas: Edson Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Moretti Bermudez (Aeronáutica).

Também merece destaque a nomeação da deputada federal Flávia Arruda (PL) para a Secretaria de Governo da Presidência da República. A parlamentar é casada com o ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (PL), que foi preso e cassado por formação de quadrilha. Flávia foi indicada pelo próprio Arthur Lira e por Valdemar da Costa Neto, ex-deputado condenado no escândalo do mensalão.

Em baixa, Bolsonaro conseguiu manter o núcleo duro do

“bolsonarismo”, mas tem visto parcelas do seu eleitorado se afastando. Diversas pesquisas têm mostrado queda na popularidade do mandatário. Uma das mais recentes, a XP/Ipespe, por exemplo, mostrou que a avaliação do governo como ruim ou péssima é de 48%, ante 45% no levantamento anterior. A perda de popularidade mostra que, além de ter dificuldades para tentar se reeleger, se quiser concluir o atual mandato, Bolsonaro terá que cumprir as vontades dos congressistas do Centrão. “Tudo indica, por enquanto, que ele está caminhando para 2022 com menos capital político. O eleitor faz um cálculo na hora de votar e, se o saldo for negativo, tende a votar no candidato da oposição, não necessariamente no candidato da esquerda”, ressalta Denise Paiva.

Uma das coisas mais claras neste momento é de que Bolsonaro mira na reeleição. “Temos um grande período para atravessar e ele inclui a pandemia. Teremos momentos muito difíceis pela frente e esses assuntos obviamente estarão presentes na agenda eleitoral. No caso de Bolsonaro, além de mostrar o que planeja fazer, terá que mostrar o que foi feito”, destaca a professora Denise.

Agenda de retrocesso

Bolsonaro aposta no Centrão para conseguir aprovar pautas de desmonte dos direitos e dos serviços públicos, como a reforma administrativa, que prevê o fim da estabilidade de servidores públicos e outros retrocessos. Além dela, um dos próximos passos da agenda conservadora do presidente deve ser a reforma tributária. O professor Ilírio José Rech, da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (FACE-UFG), tem estudado profundamente as duas PECs que compõem a possível reforma. “Não apresentam tantas mudanças em termos de volume, mas as propostas são claras em mudar o bolso: setores ou grupos que pagavam menos tributos vão passar a pagar mais. E quem vai pagar mais não são os mais ricos e, sim, o cidadão comum”, analisa.

Na prática, a reforma tributária deve mudar as formas de cobrar os tributos e a forma de calcular. O imposto sobre o valor agregado de mudar altera alguns setores, como o de serviços e o de cooperativas –

especialmente as médicas, que estavam com tributos reduzidos. De acordo com Ilírio José Rech, a reforma não faz justiça tributária e está nas mãos e nos interesses de grandes empresários. Segundo ele, grandes pautas que estão em reformas tributárias de países desenvolvidos, como a taxação de grandes fortunas e a tributação de dividendos, estão fora da proposta brasileira. “De fato, uma reforma é necessária, pois o sistema brasileiro é complexo e confuso, mas não temos dados. Solicitamos informações para fazermos algumas modelagens, mas nem a Receita Federal possui”, salienta.

Para o docente, um dos grandes problemas que a reforma não ataca é a falta de transparência. “Querem se servir do que é público, mas não querem mostrar”, critica. Ele salienta que, enquanto os beneficiados pelo Auxílio Emergencial tiveram seus dados expostos sob a justificativa de transparência, dívidas gigantes renegociadas por bilionários, como o empresário Luciano Hang, da Havan, estão sob sigilo absoluto. “Você não sabe como é essa dívida, como é a origem. Quando se trata de olhar para o lado do capital, você tem uma falta de transparência total. Não há dados sobre as empresas para comparar”.

Ilírio José Reche também ressalta que não existe discussão sobre qual a linha precisaria ser pensada no Brasil. Para ele, a reforma tributária tem sido feita e aproveitada pelos grupos dominantes que vão fazer da forma que for mais conveniente a eles. “As duas propostas não fazem justiça tributária e são regressivas. O modelo de tributação vai continuar regressivo. Ou seja, os pobres e os que ganham menos continuarão pagando mais e os ricos que ganham muito continuarão pagando menos”, avalia.

Outra questão deixada de fora é a tributação sobre o consumo e o imposto de renda, o que, ao ver do docente, ajudariam a fazer justiça tributária. “Aqui, nós temos uma renda muito pequena e, quando se tributa sobre o consumo, é claro que a conta não fecha. Todo ano pagamos mais porque a tabela de imposto de renda não é corrigida. Para o cidadão que consome, do jeito que está, principalmente quem usa mais serviço, pagarão mais”, conclui.

SPRAY ISRAELENSE EXO-CD24 NÃO É CURA MILAGROSA

Professora Eliana Martins Lima explica que pesquisa do medicamento ainda está começando e ressalta trabalho promissor desenvolvido na UFG

José Abrão

Em meados de fevereiro, Israel anunciou os resultados promissores de uma pesquisa desenvolvida pelo cientista Nadir Arber sobre o spray nasal EXO-CD24 no combate à Covid-19. A empolgação foi tanta que na mesma semana o presidente Jair Bolsonaro falou em pedir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a aprovação do produto para que seja testado no Brasil. Não obstante, em março, ele enviou uma comitiva liderada por Ernesto Araújo e com seu filho, Eduardo Bolsonaro, apenas para ouvir das autoridades israelenses que o produto ainda está nas fases iniciais de pesquisa e que não é um produto milagroso.

Se o presidente da República tivesse voltado à sua atenção para a ciência e a tecnologia brasileiras, já saberia disso desde o início e teria, inclusive, opções mais interessantes e viáveis para investir a sua atenção. A professora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Eliana Martins Lima, faz o alerta: “as informações que temos até agora é de uma pesquisa, extremamente inicial, sem nenhum tipo de avaliação pela

comunidade científica, pois até o momento não há nenhuma publicação sobre o assunto”. Ela trabalha com pesquisas relacionadas à nanotecnologia há mais de 25 anos e integra o FarmaTec, um dos laboratórios mais respeitados da universidade.

A docente lembra que a pesquisa conduzida em Israel sequer utilizou até o momento um grupo placebo para avaliar os resultados da medicação: “apesar de os resultados parecerem muito interessantes, é um estágio ainda muito inicial”. A professora entende que após um ano e alguns meses de pandemia, de isolamento social, e com a letalidade da doença no seu ponto mais crítico, isso tem provocado um peso muito grande na cabeça das pessoas, o que gera um desejo enorme de que uma solução seja encontrada o quanto antes. “É claro que as pessoas vão se agarrar a isso com muita força. Mas é necessário mantermos os pés no chão e a cabeça no método científico para que possamos garantir de todas as maneiras a eficácia, a segurança, a tolerabilidade de qualquer coisa que venha a ser usada em pacientes que já estejam debilitados”, reflete.

Parte das complicações causadas pela Covid-19 é uma resposta desproporcional dos mecanismos de defesa do próprio corpo. Eles levam os alvéolos pulmonares a acumular líquido, dificultando as trocas gasosas. O CD24 é uma proteína capaz de inibir uma resposta imune exagerada por parte do sistema imunológico. O EXO-CD24, portanto, transporta essa proteína para dentro das células usando uma vesícula fosfolipídica.

Por outro lado, a própria docente conduz na UFG uma pesquisa utilizando nanotecnologia para desenvolver sistemas carregadores para medicamentos. Aqui nos nossos laboratórios foi desenvolvida uma vesícula fosfolipídica que podem ser produzidas em grande quantidade, com grande grau de pureza e reprodutibilidade, com vários tipos de modificação de superfície, fazendo com que se pareçam com células biológicas.

“Essa foi uma das estratégias que usamos em um projeto que entre seus objetivos tem produzir uma dessas partículas capazes de mimetizar células biológicas com a finalidade de neu-

tralizar a proteína S do vírus da Covid-19. Fazendo com que ele perca a sua capacidade de invasão celular”, conta Eliana, “estamos trabalhando nesse projeto desde o ano passado e estamos iniciando uma colaboração com o Instituto Butantan para que possamos avançar nos estudos com o vírus”.

A professora avalia que a atenção do presidente ao que vem de fora ao mesmo tempo em que destrói propositalmente a ciência brasileira não é apenas irônico, mas também extremamente desestimulante. “É necessário que os investimentos sejam sustentáveis, continuados. E para quem está nessa rotina há tantos anos como eu, já estamos acostumados a viver em uma eterna dúvida se o fomento e os recursos necessários para que a gente continue vão continuar a existir daqui um ano”, critica, “a falta de apoio, de reconhecimento, de investimento na pesquisa nacional, não vai nos levar a nenhuma outra posição a não ser uma total e absoluta submissão científica e tecnológica em relação ao resto do mundo”.



Foto: Diogo Fleury

Para a docente, é desestimulante ver o olhar do governo voltado para o exterior enquanto corta recursos brasileiros

SOBRECARRREGADAS, MULHERES E MÃES SÃO AS MAIS AFETADAS NO MERCADO DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA

Em isolamento, crise proporcionou às mulheres o acúmulo de tarefas domésticas, acompanhamento dos filhos em idade escolar no ensino remoto e menor participação em funções remuneradas

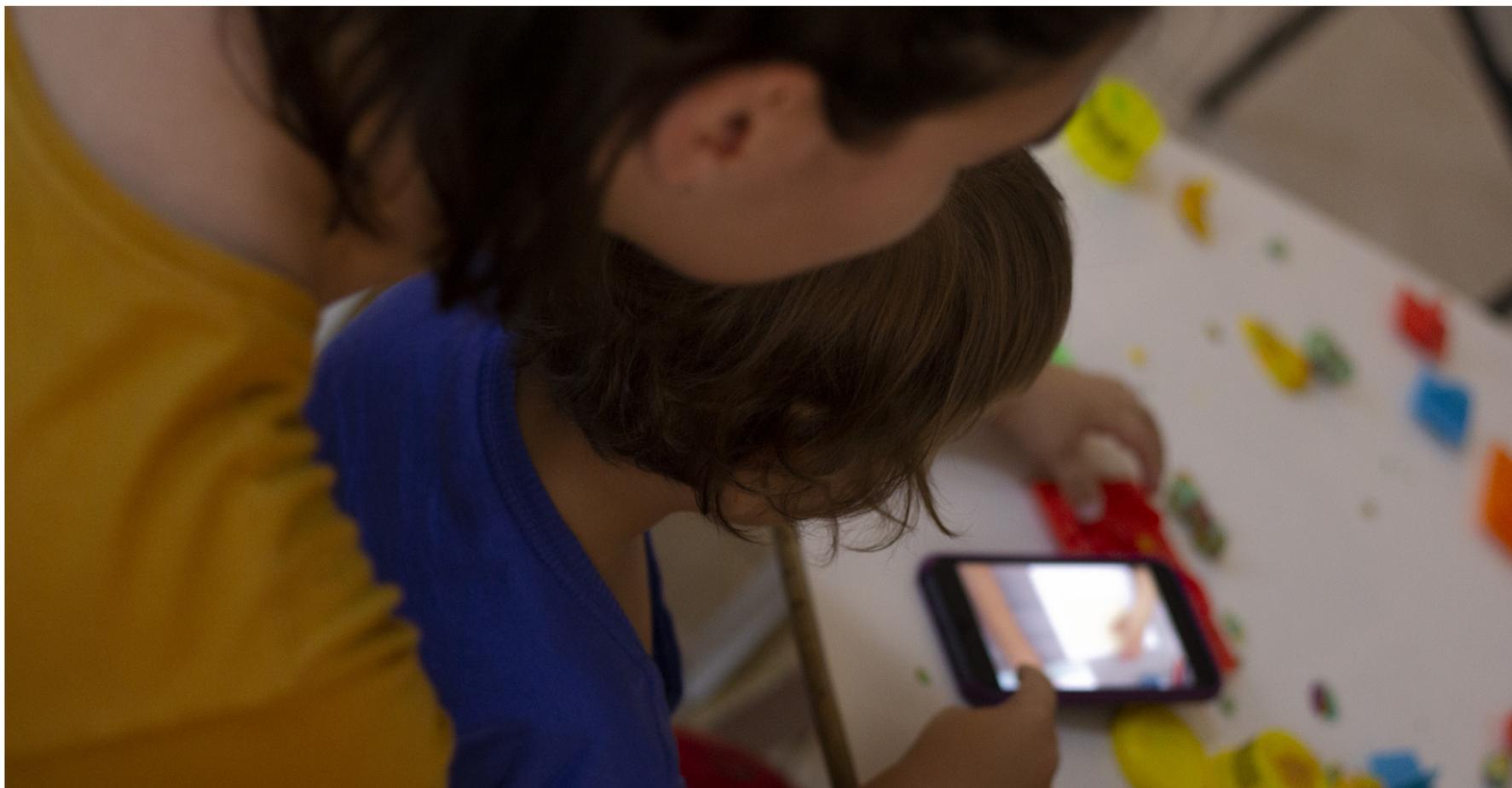


Foto: Diogo Henry

Pandemia da covid-19 trouxe retrocesso para as mulheres

Luciana Porto

A pandemia de Covid-19, que já vitimou fatalmente 330 mil pessoas no Brasil, deflagrou um outro tipo de crise na saúde: o adoecimento mental das mulheres e mães em tempos de isolamento social. Inúmeras pesquisas apontam o retrocesso das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da violência doméstica e de gênero, além da sobrecarga de tarefas para aquelas que passaram a trabalhar em casa (home office), se dividindo entre as atividades remuneradas, parentais e domésticas. Uma pesquisa da organização Gênero e Número, em parceria com a Sempre Viva Organização Feminista, registrou que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém no período de distanciamento social e, para 75% delas, aumentou muito a necessidade de companhia para crianças, pessoas idosas e com deficiência, sendo que 41% das mulheres com emprego afirmam trabalhar mais do que antes.

Para as mães cientistas, os dados são ainda mais assustadores. Em 2020, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) identificou uma queda de mais de 40% nas submissões de artigos científicos por mulheres, e no caso dos homens houve

um salto nas submissões de artigos. Para conhecer a rotina e desafios das pesquisadoras e mães durante a pandemia do coronavírus, o Jornal do Professor conversou com duas docentes: Raphaela de Castro Georg, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (ICB-UFG), e Fabiana Jordão Martinez, da Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Ambas destacaram o aumento da jornada de trabalho e a condensação das atividades, além de como isso tem prejudicado a atuação das cientistas na publicação de artigos, desenvolvimento de pesquisas, orientações acadêmicas entre outros. “A própria Organização das Nações Unidas ressaltou a importância de se aumentar o investimento em saúde pública mental neste período de pandemia, sobretudo para as mulheres, que estão fazendo malabarismos com as suas tarefas”, avalia a professora Fabiana. “Eu não consegui submeter sequer um artigo em 2020”, completou Raphaela.

Fabiana completa que a pesquisa realizada pelo CNPq revela ainda que a maternidade teve impacto negativo em 81% das cientistas. “Todas nós experimentamos a

diminuição da produtividade acadêmica quando somos mães. Na situação de pandemia isso se agrava ainda mais, porque as mulheres estão confinadas em casa cuidando dos seus filhos, dos seus idosos. Sem falar que, na ciência, já temos uma fratura de gênero, sobretudo nas áreas exatas. Se pensarmos um pouco, as pesquisas relacionadas à saúde são as que mais contam com a participação de mulheres, porque historicamente nós somos responsáveis pelo cuidado”, analisa.

As estatísticas comprovam que o retrocesso das mulheres trabalhadoras é uma preocupação global. De acordo com o Relatório Especial da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) a pandemia recuou os avanços do mercado de trabalho das mulheres em uma década. A pesquisa realizada em 2020 mostra que a participação feminina no mercado caiu 8% em relação ao ano anterior, enquanto a dos homens diminuiu apenas a metade deste índice, 4%. Fabiana Jordão comenta que essas dificuldades são ainda mais evidentes quando se trata de mulheres negras ou mãe solas. A docente cita uma pesquisa promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) apontando que a taxa de desemprego entre mulheres negras atingiu 18,2% em junho de 2020, enquanto entre mulheres brancas ficou em 11,3% e entre homens brancos, 9,5%. “O processo de pandemia da Covid-19 não é igual para todos, enquanto a maioria dos trabalhadores estão saindo de casa para trabalhar e arriscando suas vidas, tem gente que vive em uma bolha de privilégios. Para piorar, temos um governo que não é amigo das mulheres, não ameniza as desigualdades com políticas sociais de geração de renda e ainda acaba com as ações já existentes”, critica a professora da UFCAT.

Raphaela, que em função dos filhos ainda pequenos estudando a distância, reorganizou a sua agenda para ceder entrevista ao Jornal do Professor, comenta que ainda assim se considera em uma posição privilegiada em relação a outras mulheres. “Eu falo de um ponto em que estou empregada, trabalhando de forma remota. Eu não imagino como é para uma mãe solo desempregada, com os filhos em idade escolar, tendo que ir ao mercado comprar um saco de arroz e um litro de óleo, porque além de tudo isso estamos vivendo um aumento no preço dos alimentos sem precedentes”, reflete a pesquisadora do ICB.

DOCENTES LUTAM CONTRA INTERFERÊNCIA DO GOVERNO NA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Em diversas situações, Jair Bolsonaro desrespeitou a comunidade acadêmica, seja nomeando reitores não eleitos democraticamente, atacando professores e estudantes, realizando cortes orçamentários



Fotos: Diogo Fleury



Foto: Acervo Pessoal

Eraldo dos Santos Pinheiro, docente da UFPel assinou TAC após críticas a Bolsonaro. Edward Madureira pontua o caráter lesivo da interferência do governo na autonomia universitária

Luciana Porto

No início de fevereiro, o Ministério da Educação (MEC) encaminhou às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) ofício em que pede a tomada de providências com objetivo de “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”. Após repercussão negativa, o órgão voltou atrás da decisão afirmando que não havia a intenção de “coibir a liberdade de manifestação e de expressão” no ensino superior. Apesar disso, esta não é a primeira vez que o governo de Jair Bolsonaro tenta empurrar goela abaixo da comunidade acadêmica, medidas que afetam diretamente a autonomia universitária. Em sua gestão, Bolsonaro já nomeou pelo menos 30 reitores que não haviam sido os mais votados na consulta pública, também efetuou cortes na casa dos milhões dos recursos destinados ao pagamento das despesas mais básicas para o funcionamento das universidades e pesquisas. Além disso, a perseguição política explícita do presidente, e seus apoiadores, aos reitores e docentes afronta o código de ética democrático.

Em março o docente Eraldo dos Santos Pinheiro e o ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Rodrigues Curi

Hallal, foram obrigados a assinarem um termo de ajustamento de conduta (TAC), após criticarem a gestão de Bolsonaro em live no YouTube e Facebook, em 7 de janeiro. De acordo com Pinheiro, a interferência do governo teve início na nomeação de Isabela Andrade para a reitoria da instituição, a docente foi a segunda colocada no pleito, atrás do professor Paulo Ferreira. “Naquela ocasião rotularam a professora Isabela como golpista, o que não era o caso. Eu mesmo poderia ter sido o nomeado, já era o terceiro colocado da lista. Então realizamos uma live para explicar à comunidade acadêmica o ocorrido. Durante essa transmissão, eu e o professor Pedro Hallal fizemos alguns comentários que foram identificados, por um deputado bolsonarista aqui do Rio Grande do Sul, como ofensa ao atual presidente”, explica Pinheiro, que também é pró-reitor de extensão e cultura da universidade.

Ao assinarem o TAC, os docentes optaram pelo encerramento do caso e não abertura de um processo. O *Jornal do Professor* questionou ao professor Eraldo Pinheiro se, ao concordarem com a assinatura, os docentes não estariam da mesma forma ferindo a autonomia da comunidade acadêmica e consentindo

com as acusações feitas pelo deputado bolsonarista. Contudo, o pró-reitor da UFPel acredita que se o processo tivesse andamento, o caso não tomaria o conhecimento público que recebeu. “Levamos em consideração que, se optássemos por seguir adiante com o processo, enfrentaríamos uma comissão formada por pessoas que não conhecíamos e que tomariam as decisões que julgavam mais adequada para aquele momento. Mas, conseguimos mostrar para toda sociedade o que estava acontecendo, as interferências que estávamos sofrendo”, conta Pinheiro.

Edward Madureira, reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirma que tem se tornado cada vez mais comum a violação da autonomia e direitos das instituições de ensino pelo atual governo. “Nosso entendimento é que a legislação é clara ao dizer que as universidades têm autonomia administrativa, e que a vontade da comunidade acadêmica deve prevalecer na escolha dos seus dirigentes, sendo indicado o primeiro docente da lista tríplice”, pontua Madureira.

O presidente da Andifes relata, ainda, que o presidente Jair Bolso-

naro tem interferido na autonomia universitária de outras formas, com o descrédito da ciência, cortes orçamentários, ataques nominiais a professores e estudantes, entre outros. Madureira ressalta o caráter lesivo do ofício enviado pelo MEC em fevereiro sobre a punição de atos políticos dentro das instituições. “A universidade não pode ser privada daquilo que é a sua essência, que é o senso crítico, o debate, a contraposição de ideias. Não podemos permitir cerceamento do pensamento, o livre pensar é o maior pressuposto da autonomia universitária.

Em dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, determinou que Bolsonaro passasse a seguir a lista tríplice na nomeação dos reitores e dos vice-reitores das instituições federais. A ordem foi proferida nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 759. Mesmo assim, o presidente voltou a ignorar a autonomia universitária ao não nomear o nome mais votado da lista. No mesmo mês, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) foi admitido como amicus curiae na ação e foi responsável por sustentação oral para o julgamento virtual da cautelar da ADPF.

GOVERNO FEDERAL ENFRAQUECE REGRAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

PARA OS PESQUISADORES ELAINE SILVA E SÉRGIO NOGUEIRA, DO IESA, ALÉM DA PRESSÃO INTERNACIONAL POR PRESERVAÇÃO, SÃO NECESSÁRIAS POLÍTICAS PÚBLICAS

José Abrão

Enquanto a pandemia da Covid-19 enfrenta seu pior momento no Brasil, o Governo Federal tem aproveitado para fazer aquilo que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, havia prometido em 2020: “passar a boiada”. Desde o início do governo Bolsonaro, foram assinados 57 atos legislativos que enfraquecem as regras de preservação ambiental.

Doutorando do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), Sérgio Nogueira relata já ter verificado áreas desmatadas de 50 quilômetros quadrados. Para ele, a desaceleração no desmatamento do Cerrado ocorre por conta de pressões internacionais e do setor privado. “Percebemos um papel cada vez maior do mercado, principalmente o exterior, que abomina cada vez mais o desmatamento e percebe a importância do bioma para a manutenção global na questão das mudanças climáticas”, aponta.

Em fevereiro, por exemplo,

John Kerry, enviado especial dos Estados Unidos, esteve no Brasil para pressionar o País por mais empenho no combate ao desmatamento. Até 2015, na corrida do ouro da soja, o desmatamento anual no Cerrado chegou a 10 mil quilômetros quadrados. Essa taxa agora caiu para cerca de 5 mil, mas ainda é uma área muito grande. Como consequência, as regiões de mata são pequenas, fragmentadas e esparramadas, o que traz consequências graves para a biodiversidade.

Atualmente, o Brasil tem dois sistemas que monitoram o desmatamento: PRODES-Cerrado, com periodicidade anual e com propósito de estimar com uma maior precisão a área total desmatada a cada ano; e DETER-Cerrado, com periodicidade diária e com propósito de emitir alertas de desmatamento para subsidiar ações de fiscalização. Nem sempre foi assim. A UFG, por meio do Lapig, se destacou porque até meados da década de 2000 não havia nenhum sistema de monitoramento para o Cerra-

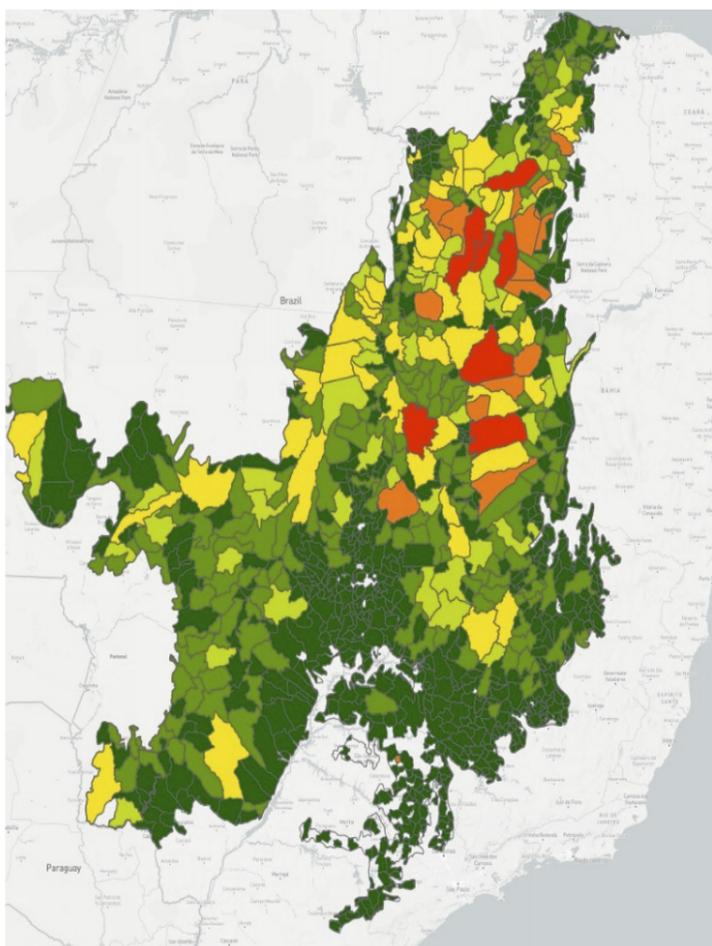
do. “O Lapig foi pioneiro nesse sentido, permitindo mais olhares, visando a prevenção contra o desmatamento, principalmente os ilegais”, relata a professora Elaine Silva, vice-diretora do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) e coordenadora do Lapig, “esses dados foram pra mídia e os olhares cresceram. Tínhamos taxas de desmatamento anuais muito altas que chegavam a até mais de 8% ao ano, 10%. Isso é muito grave”.

Após o trabalho do Lapig, só por volta de 2010 que o Ministério do Meio Ambiente começa a ter programas de monitoramento. Isso se configurou em iniciativas como as plataformas de divulgação de dados dos quais o Lapig participa ativamente na validação de campo.

Entre as ações de preservação, Sérgio sugere uma melhor exploração das áreas já convertidas. “Existe uma quantidade enorme de pastagens degradadas, inclusive mapeadas aqui pelo laboratório, que poderiam ser melhor utilizadas. Percebe-

mos hoje esforços da Embrapa e de algumas linhas de crédito para fomentar essas práticas de recuperação e práticas agrícolas mais sustentáveis como plantio direto e integração lavoura-pecuária-floresta”, explica, “o aproveitamento racional dessas áreas já convertidas colaboraria para um cenário menos apocalíptico, não só nas questões ambientais, mas pensando nas questões sociais, de governança e principalmente econômica”.

Elaine salienta que o papel desenvolvido pela universidade é muito importante, porém mais relevante ainda é fazer essa informação circular: “é central a questão do conhecimento, de forma que elas atinjam todos os públicos, extrapolando o meio acadêmico e técnico”. Hoje, o Lapig possui a Plataforma de Conhecimento do Cerrado junto ao fundo de parceria para ecossistemas críticos, que disponibiliza os dados sociais, de biodiversidade, do desmatamento, de uso e cobertura das terras, tudo que é relevante sobre o Cerrado e que são de interesse à preservação.



Imagens: Plataforma do Conhecimento e Cerrado-DPAT

Governo Federal aproveita pandemia para enfraquecer as regras de preservação do meio ambiente



INFORME JURÍDICO

PROFESSOR SINDICALIZADO, APÓS AÇÃO JUDICIAL MOVIDA PELO JURÍDICO DO ADUFG SINDICATO, TEVE ASSEGURADO O DIREITO DE SER AVALIADO ENTRE 2004 E 2011

O professor teve sua progressão ao antigo nível 4 da Classe de Assistente deferida pela UFG a partir de agosto de 2004, de forma que poderia ser avaliado para fins de progressão vertical (hoje denominada promoção) a partir de agosto de 2006.

A UFG, contudo, nunca realizou tal avaliação, deferindo a progressão vertical somente em razão da titulação de doutor obtida em 2011, de forma que o Docente ficou prejudicado em 5 (cinco) anos na sua carreira. Após ter solicitado as avaliações retroativas em 2020, a UFG negou seu pedido, ensejando a ação judicial, que determinou que a Universidade realizasse todas as avaliações de desempenho.

Para o advogado Igor Escher, trata-se de uma importante vitória, pois a UFG possuía equivocado entendimento que se fazia necessário possuir o título de doutor para se alcançar a Classe de Adjunto, pelo que deixou de avaliar corretamente inúmeros(as) docentes.

PROFESSORA QUE SE AFASTOU PARA CURSAR PÓS-GRADUAÇÃO TEM ASSEGURADO NA JUSTIÇA DIREITO A RECEBER AS FÉRIAS DURANTE PERÍODO

A Professora se afastou para cursar pós-graduação em nível de doutorado na Espanha entre 2013 e 2017, período em que a UFG sequer possibilitou o agendamento do gozo de férias em seu sistema.

Em decorrência da negativa, a 13ª Vara Federal de Goiânia determinou que a UFG indenizasse a professora pelas férias sonegadas. A UFG interpôs recurso, que foi julgado improcedente pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás, mantendo-se a decisão inicial.

O advogado Igor Escher explica que caso o(a) sindicalizado(a) tenha se afastado, ou mesmo não tenha perdido o prazo de agendamento das férias, e a UFG se negue a realizar o reagendamento, é direito do(a) professor(a) ser indenizado(a) pela sonegação desse direito constitucional

Decreto do Governo Federal pode causar lentidão na concessão e manutenção de aposentadorias

Medida centraliza a concessão de benefícios, transferindo-as do Regime Próprio da Universidade para o INSS



Foto: Diogo Fleury

Para Elias Menta, mudança indica balizas para privatização da previdência social no Brasil

Atualmente, em universidades e demais autarquias federais, as concessões de aposentadorias e pensões ficam a cargo de seu próprio órgão de gestão de pessoas e formalização por ato da autoridade máxima, devendo passar pelo crivo posterior do Tribunal de Contas da União. Isso significa que, na prática, dentro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), os servidores tendem a não enfrentar problemas na tramitação para concessão de aposentadorias.

A partir do Decreto 10.620/21, isso tende a mudar, uma vez que a competência para a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do Regime Próprio para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essa mudança já estava a ser disciplinada, contando inclusive na Emenda Constitucional 103 (a reforma da previdência) vedação da existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo (Artigo 40, Parágrafo 20) e da possibilidade do fim do Regime Próprio, migrando seus usuários para o regime geral (Artigo 34).

O advogado e assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, salienta que a mudança afetará todos os docentes: tanto quem já se aposentou quanto quem ainda irá se aposentar. A razão disso é que o primeiro e principal efeito negativo prático é que todos os docentes passarão a estar sujeitos à morosidade do INSS, “que já conta com déficit histórico de servidores e com uma demanda repressada gigantesca, fora que a análise de regras específicas das IFES e o procedimento de envio da aposentadoria ao TCU, não estão dentro das situações habituais no INSS”, afirma Menta.

Assim, quem ainda vai se aposentar terá que lidar com essa lentidão, da mesma forma de quem já se aposentou, caso precise expedir alguma documentação, certidão ou mesmo pleitear revisões.

Menta avalia que não há uma razão coerente para a mudança. “Você vai jogar os servidores de um regime que hoje funciona bem – você pega um professor da universidade federal que se aposenta com 30 dias, 40 dias depois do requerimento – e vai colocá-los em uma centralizadora que de fato está totalmente sobrecarregada e com falta de servidores e servidoras, o que tem pouquíssima probabilidade de atender a demanda a contendo”.

Com isto em mente, Menta argumenta que a mudança pode trazer em si um objetivo mais sombrio: pavimentar o caminho para privatização da previdência social no Brasil. “O objetivo por trás deste decreto é a privatização da previdência”, aponta, “o INSS tem uma sobrecarga muito grande, o que implica que com a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do Regime Próprio, ele terá mais congestionamento e lentidão, gerindo um fluxo ainda maior de aposentadorias e benefícios”.

Além disso, para o advogado, o decreto fere a autonomia universitária, já que interfere nas atribuições das universidades de conceder aposentadorias e pensões, bem como possibilita a alteração da lotação ou do exercício de servidores/empregados para atender ao disposto no decreto. Isto é, ele implica em interferência na autonomia organizativa de todas as autarquias que foram criadas com esse formato jurídico próprio, justamente para desempenho de atividades e finalidades próprias.

VÃO DEIXAR SAUDADES

Imagem:Pixabay



ADUFG-SINDICATO PRESTA HOMENAGEM AOS SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS GOIANAS QUE MORRERAM VÍTIMAS DA COVID-19

Até o fechamento desta edição do Jornal do Professor, mais de 340 mil pessoas perderam suas vidas por causa do coronavírus (Covid-19). Somente nas universidades federais localizadas em Goiás, foram quase 100 servidores, entre docentes e técnicos administrativos. Atrás dos números, estão parentes e amigos que não puderam se despedir. Entre as vítimas, estão pessoas que marcaram outras vidas para sempre.

O Adufg-Sindicato manifesta sua solidariedade aos familiares e amigos de todas as vítimas fatais da Covid-19, em especial, aqueles que fizeram parte da comunidade acadêmica. O sindicato também lamenta a postura negacionista do Governo Federal, que, no pior momento da pandemia, não demonstra que adotará medidas efetivas para que a crise seja superada e vidas poupadas. Que possamos encontrar forças. Somente com a união de todos, este grande desafio será superado.

-
- | | | | |
|--|---|---|--|
| <p>UFG</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ MARIA EMÍLIA DE CASTRO RODRIGUES (DOCENTE) ★ JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA ALVARENGA (DOCENTE) ★ EDUARDO ARBIETO ALARCON (DOCENTE) ★ OSVALDO LUIZ VALINOTE (TAE) ★ MARCELO SEIXO DE BRITO E SILVA (DOCENTE) ★ VICENTE ANTONIO GONCALVES (DOCENTE) ★ EPITACIO SARAIVA DA CRUZ (TAE) ★ ANESIA ALVES DE ALMEIDA (NÃO IDENTIFICADO) ★ ADALBERTO PEREIRA BORGES (TAE) ★ MARIA APARECIDA NASCIMENTO DA CRUZ (TAE) ★ OSCAR BARROSO VITORINO (TAE) ★ NELSON MENDES CARNEIRO (DOCENTE) ★ SONIA NOGUEIRA BERTAZZI (NÃO IDENTIFICADO) ★ WILSONINA CORTES (TAE) ★ OLISIA CESAR DE MORAIS (TAE) ★ ELIENICE ALVES SANTOS (NÃO IDENTIFICADO) ★ MARIA DE SOUSA OLIVEIRA (NÃO IDENTIFICADO) ★ ARLENE ALVES DE SOUZA RIOS (DOCENTE) ★ VITORIO NISHIMURA (TAE) ★ MARY ANGELA LIMA DUARTE (DOCENTE) ★ RUBENS DE ALMEIDA PEREIRA (TAE) ★ JEOVA GONÇALVES DOS SANTOS (TAE) ★ EURIPEDES GOMES DE MIRANDA | <ul style="list-style-type: none"> (TAE) ★ JOSÉ GOMES DA SILVA FILHO (TAE) ★ ANA PAULA LABOISSIERE AMBROSIO (DOCENTE) ★ LUIS ALBERTO BATISTA DE OLIVEIRA (NÃO IDENTIFICADO) ★ EDIVAL SALES DA SILVA (TAE) ★ ALINE CARVALHO BATISTA (DOCENTE) ★ DELZUITA DINIZ MACIEL (TAE) ★ EMIVALDO SOARES MARTINS (TAE) ★ ERASMO DE SOUZA RIBEIRO (TAE) ★ PAULO THOMAZ DA SILVA (TAE) ★ HELENA MENDONCA DE MELO (NÃO IDENTIFICADO) ★ CÉLIA NUNES FERREIRA (TAE) ★ ANTONIO CARDOSO CAMPOS (DOCENTE) ★ JOSE ALVARES CARDOSO (TAE) ★ ALFREDO ABINAGEM (DOCENTE) ★ LUIZ CARLOS PINTO DE ARRUDA (DOCENTE) ★ JAIRO DE SOUZA SANTOS (DOCENTE) ★ JOSE PEDRO TEIXEIRA (TAE) ★ JOSIAS ROSA DA SILVA (DOCENTE) ★ ZULEICA MARTINS ARRUDA UNES (DOCENTE) ★ LUCELIA MARTINS SILVA (TAE) ★ SIMÃO TKATCHUK (DOCENTE) ★ ERNESTO FERNANDES DE CARVALHO (TAE) ★ ABSAI LEITE RAMOS (TAE) ★ JALLES SEIXO DE BRITTO (DOCENTE) ★ JANETHE ALVES DE AMORIM (NÃO | <ul style="list-style-type: none"> IDENTIFICADO) ★ UBIRAMAR CLEMENTINO DE OLIVEIRA (TAE) ★ RUTH JULIANO COSTA BOMFIM (DOCENTE) ★ CLEUSA DO RASARIO SILVA DANIN (TAE) ★ MARCOS BUENO (DOCENTE) ★ FRANCISCO ANTONIO MATIAS (NÃO IDENTIFICADO) ★ VITORIO SILVA ROCHA SOBRINHO (TAE) ★ SARA REZENDE (TAE) ★ OLGA NASCIMENTO DE MELO LIMA (NÃO IDENTIFICADO) ★ ROQUE GOMIDE FERNANDES (DOCENTE) ★ MARIA NUNES DE ABREU (TAE) ★ YARA VIEIRA COSTA (NÃO IDENTIFICADO) ★ HARRY BLALI (TAE) ★ ANNETE SCOTTI RABELO (NÃO IDENTIFICADO) ★ NOE FREIRE SANDES (DOCENTE) ★ DALENILDE PEREIRA DOS SANTOS (TAE) ★ JOSE HERMES GOMES COSTA (TAE) ★ ALTAMIRO ARAUJO CAMPOS (TAE) ★ JOAO DA COSTA CORDEIRO (TAE) ★ GENERI FARIA DE CARVALHO (TAE) ★ NORTHON ANTONIO DA FONSECA (TAE) ★ MARIA JOSE NOGUEIRA DE LIMA (TAE) ★ JERONIMO FERREIRA DE MORAES (TAE) ★ EMANUEL DE OLIVEIRA COSTA (DOCENTE) ★ JOSE PEREIRA PONTES (TAE) ★ LUIZ KENNEDY DIAS (TAE) | <ul style="list-style-type: none"> ★ KARLA JOSETTI PARADA (NÃO IDENTIFICADO) ★ MARIA DE FATIMA DA SILVA (TAE) ★ JOAO MENDONCA FILHO (DOCENTE) ★ GISELE DE CASTRO E SILVA LOBO (TAE) ★ TERESINHA DE JESUS S. BARROS (TAE) ★ SEBASTIAO DIAS BATISTA (TAE) ★ GERALDO DE QUEIROZ BARRETO (TAE) ★ ELIAS JORGE HAUN (DOCENTE) ★ IRANI GOMES DE JESUS (NÃO IDENTIFICADO) ★ HUMBOLDT JORDAO (DOCENTE) ★ VERA LUCIA GOMES DOS SANTOS (TAE) ★ SEBASTIANA DIVINA DE PAULA (TAE) ★ FRANCISCA CIQUEIRA CARVALHO (TAE) ★ EDUARDO HENRIQUE MORAIS LOBO (TAE) ★ ANA FERREIRA DA SILVA (NÃO IDENTIFICADO) ★ INALCIONE DE MACÊDO NUNES (TAE) ★ PEDRO ZEFERINO DE OLIVEIRA (TAE) ★ JOSE AMARO FERREIRA (TAE) ★ EDITH RIZERIO AIRES LEITE <p>UFJ</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ ANA CARITAS TEIXEIRA – APOSENTADA FE – JATAÍ <p>UFCAT</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ PROFESSOR MARCOS BUENO, DA UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS. |
|--|---|---|--|

SEGUINDO OS PASSOS DE ARONNAX

Movido pela paixão pela ciência, José Alexandre Felizola Diniz Filho veio de Aracaju para se tornar um dos docentes mais atuantes da UFG

José Abrão

A decoração da sala do professor José Alexandre Felizola Diniz Filho já diz muito sobre o homem por trás do cientista, se é que é possível fazer essa distinção: ao lado do computador, uma miniatura do Beagle, navio no qual viajou Charles Darwin. Sobre o armário, as silhuetas de Dom Quixote e Sancho Pança. Sobre outro móvel a miniatura de um T-Rex e reproduções de outros fósseis, além do retrato emoldurado de Kirk e Spock e um modelo da icônica U.S.S. Enterprise. Por fim, dentro da cômoda, uma coleção completa de reproduções dos crânios de todos os antepassados humanos.

“Eu sempre tive essa ideia de ser cientista”, revela, filho de dois professores universitários: pai da área de Geografia, mãe da área de História. “Eu cresci nesse ambiente científico, ouvindo falar da universidade, lendo muita ficção-científica. Quando eu era pequeno, gostava muito de Júlio Verne, depois Star Trek”. Nascido em Rio Claro (SP), ele passou sua infância e adolescência em Aracaju (SE), cidade natal da família, mesma cidade em que cursou Biologia a partir de 1986 na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

“Nessa época eu já queria estudar evolução, sempre tive bastante interesse em evolução e paleontologia que, por uma série de razões acabou sendo a área que hoje eu leciono aqui na UFG”, conta. Se formou em 1989 e foi fazer mestrado em doutorado na Universidade Estadual Paulista (Unesp), outra vez em Rio Claro. Quando estava terminando a tese, abriu o concurso na UFG. Foi aprovado e se mudou em 1994.

Gradualmente foi deixando a ideia de fazer paleontologia de lado e começou a se interessar cada vez mais por análise de dados em biologia evolutiva. Mal chegou e já foi coordenador da pós-graduação em Biologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), então único programa de pós do instituto. Posteriormente, a pós em Biologia foi naturalmente se fragmentando,

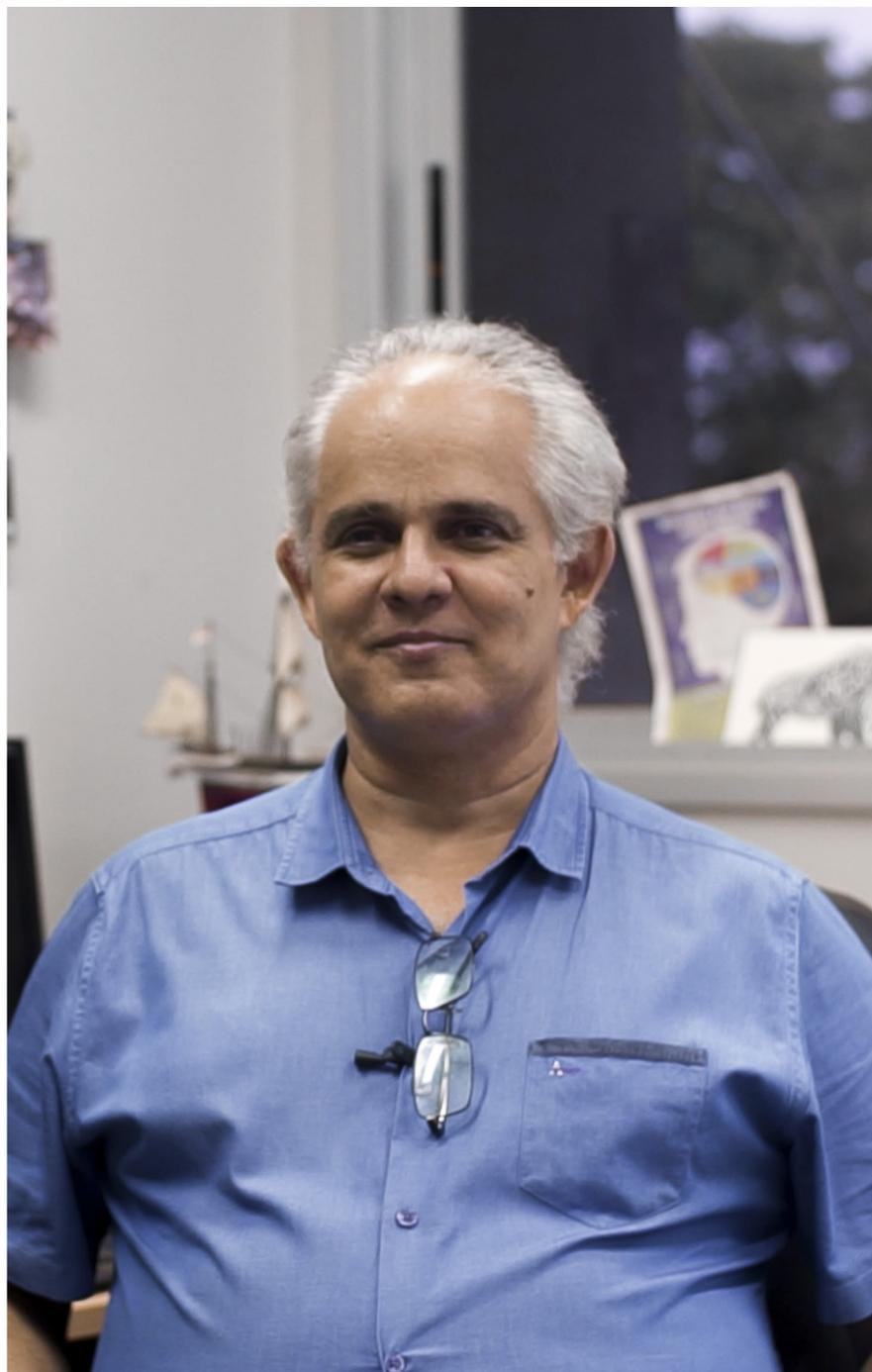


Foto: Acervo Pessoal

Felizola sempre quis lecionar: “Nunca me vi numa outra profissão que não fosse professor universitário”

e ele criou a pós-graduação em Ecologia e Evolução, que hoje é a única pós-graduação da UFG com nota 7 na Capes. Apesar de todo o seu trabalho na construção do curso, Felizola só assumiu a coordenação do programa agora. Bastante voltado para a análise de dados e a construção de modelos, o programa cresceu para se tornar uma referência na área.

De lá pra cá, o docente e o programa cresceram mais e juntos, com a criação do INCT Ecologia Evolução Conservação da Biodiversidade (EECBio) ou o fato de Felizola ser um dos cinco pesquisadores 1A do CNPq na UFG. Em 2014 se tornou membro titular da Academia Brasileira de Ciências e em 2017 recebeu a Comenda do Mérito

Científico Nacional.

Ao longo dos anos, Felizola teve um papel grande na gestão, sendo vice-coordenador adjunto da área de Ecologia e Meio Ambiente e pró-reitor de Pós-Graduação da UFG de 2014 a 2018. Na Capes, ele destaca que a experiência foi muito interessante porque “você passa a saber como funciona o sistema de avaliação, de financiamento, porque está participando de um grupo maior que está fazendo uma avaliação nacional”.

Na pró-reitoria, a convite do professor Orlando Amaral, “foi uma experiência super bacana. Conseguimos avançar um monte de coisa legal em termos de políticas de pós-graduação em uma escala um pouco

maior”, afirma.

Ele lembra que no segundo ano “já começamos a ter problemas de financiamento, teve o impeachment depois, a coisa começou a deteriorar em termos de pesquisa na universidade. Peguei o finalzinho da época em que a coisa estava muito boa e o início dos problemas que estamos vivendo até hoje”.

Neste período, uma das suas ações teve impacto nacional: a UFG foi a primeira universidade do Brasil a adotar cotas para pretos, pardos e indígenas em todos os cursos de pós-graduação. “É uma história curiosa porque na verdade o pessoal da Antropologia me procurou e queriam colocar vagas para cotistas na pós deles. Na época conversei com o nosso procurador, doutor Everaldo Rocha, que, assim como eu, pensou: porque não fazer nos outros cursos? Será que não conseguimos normatizar isso para a universidade como um todo?”

Não havia uma legislação específica pra isso. No final deu certo e em 2015 a resolução foi aprovada na UFG. “Foi a primeira federal a ter isso como sistema e nossa resolução serviu de modelo para muitas outras universidades que vieram a fazer isso depois. Logo em seguida, a Capes criou um comitê para desenhar uma política nacional de cotas para a pós-graduação e fui convidado a fazer parte desse comitê por causa da nossa experiência pioneira aqui”, conta Felizola.

Com tantas conquistas, especialmente na área da pesquisa, seria de se imaginar que o professor já estivesse pensando em largar a graduação. “Na verdade, não (risos). Sendo bem sincero com você, eu sempre me vi como professor, talvez por causa dos meus pais, o professor Aronnax de 20 Mil Léguas Submarinas. Eu me orgulho muito de ser professor e eu gosto muito de ser professor e eu sempre falo pra todo mundo: a melhor parte de estar na universidade é dar aula. Nunca me vi numa outra profissão que não fosse professor universitário”.